

## Programação de uma Ontologia pluridimensional (dialéctica, ascensional, plenificante)

Programar uma disciplina é a tarefa primordial do professor. Dela dependerá a realização dos objectivos do ensino. Consiste precisamente na organização dos meios pedagógicos e didácticos que lhe permitem atingir eficazmente esses objectivos.

O processo da programação implica a escolha de algumas metas — elemento dinâmico; a fixação de certos conteúdos — elemento estático; e a proposta de uma metodologia que assinala claramente ao aluno e à escola as actividades, as técnicas e os procedimentos para alcançar as metas demarcadas.

A acção docente tem como referência imediata a aprendizagem do aluno. Por isso, o professor tem de se interrogar, antes dela, sobre «*o que*» ensinar e «*como*» ensinar; e estes dependem do «*para que*» ensinar.

O aspecto estático da programação ou os conteúdos devem ser seleccionados em função dos objectivos, quer gerais, quer específicos, quer operativos, em função da realidade psicológica e social dos alunos, da relação gnoseológica com as outras disciplinas afins e com as disciplinas de todo o *curriculum* em que se inserem.

Conseguir-se-á uma boa selecção dos conteúdos ou do programa, evitando tanto a desordem como a referência restrita aos temas principais de uma parte da ciência; além da selecção, há o problema da ordenação da matéria a tratar, que pode obedecer a critérios lógicos, decorrentes da mesma matéria, ou psicológicos, relativos à capacidade dos alunos.

Mas, sempre há que ter em conta o enquadramento curricular e interdisciplinar, para fugir a sobreposições temáticas ou a antecipações programáticas, que prejudiquem a aprendizagem.

### 1. Os objectivos

Aqui pretende-se apresentar a programação, não da ontologia em geral, mas de uma ontologia caracterizada. Diz-se pluridimensional, isto é, dialéctica, ascensional e plenificante. E, ainda mais, uma ontologia integrada curricularmente num Curso de Teologia, quer dizer, com uma função pedagógica subordinada.

Será que esta condicionante modifica essencialmente a programação da ontologia?

Certamente que não, já porque lhe é meramente extrínseca, já porque, a ontologia é, por natureza, a ciência mais universal e abstracta. O enquadramento curricular e normativo nada impõe ao seu discurso meramente racional, quanto à logicidade e quanto à temática. Apenas condiciona e exige a sua abertura explícita e coerente ao Mistério absoluto e transcendente e limita o seu desenvolvimento às questões e demonstrações nucleares, em razão do tempo que lhe é dispensado.

Daí que possamos recorrer ao Decreto «*Optatam Totius*» do Concílio Vaticano II, para determinar os objectivos do ensino da ontologia, enquanto disciplina filosófica, quer em razão de si mesma, quer em razão do seu enquadramento curricular.

Assim, quanto aos objectivos gerais e específicos:

«que os alunos cheguem, acima de tudo, a um conhecimento sólido e coerente do homem, do mundo e de Deus»;

«que os alunos adquiram o referido conhecimento, apoiados no património filosófico perenemente válido, tendo em conta as investigações filosóficas da idade contemporânea, particularmente aquelas que exercem maior influxo na própria nação, e tendo em conta o progresso mais recente das ciências; que os alunos percebam a mentalidade hodierna»;

Do ponto de vista formativo:

«que seja excitado nos alunos, através do próprio método de ensino, o amor à verdade e à sua busca, observação e demonstração rigorosa, reconhecendo ao mesmo tempo e honestamente, os limites do conhecimento humano»;

«preste-se grande atenção à relação que une a filosofia e os verdadeiros problemas da vida, assim como às questões que mais preocupam os alunos»;

na relação com a teologia:

«que os alunos sejam ajudados a perceber o nexos que existe entre os argumentos filosóficos e os mistérios da salvação, que a teologia considera à luz superior da fé»;

na relação com a prática:

«os conteúdos das disciplinas devem ser actuais, para que os alunos, percebida a mentalidade hodierna, sejam oportunamente preparados para o diálogo com os homens do seu tempo» (O.T., nº 15).

Quanto aos objectivos próprios da ontologia, podemos defini-los deste modo:

- a partir da explicitação tematizada da experiência ontológica, adquirir uma visão global da realidade como tal, ultimamente fundada e expressa nos primeiros princípios ontológicos;

- criar o hábito da reflexão analítica e crítica, até às últimas causas e ao nível metafísico;

- abrir o espírito dos alunos ao mistério do Ser e, conseqüentemente ao Mistério de Deus, pessoal e transcendente, que pode revelar-se ao homem;

- na relação à teologia:

· explanar e fundamentar, radical e globalmente, os pressupostos teóricos da fé e da teologia, na sua racionalidade e universalidade; formalizar a abertura intelectual ao Mistério de Deus, baseada no impulso dialéctico para o mistério do Ser, intrínseco ao ente como tal, e que está implicada, bem como este dinamismo intelectual, na opção razoada e livre da fé e na prática da esperança, dirigida à felicidade absoluta;

· fornecer um paradigma analógico ao Mistério de Deus uno e trino, descobrindo a finitude pluridimensional do essente como tal, que não é apenas estrutural e dinâmica, mas também dialéctica, ascensional e plenificante;

· criar nos alunos a convicção de que aprender a ontologia é desenvolver o pressuposto necessário da ortodoxia e da ortopraxia teológicas.

## 2. O Programa

Além dos objectivos do ensino da disciplina, a programação inclui os conteúdos ou o programa a leccionar. Aqueles constituem o elemento dinâmico da programação e estes, o elemento estático ou estrutural.

O programa está, em geral, predefinido por uma tradição. No caso da ontologia é multiseccular e tem na Escolástica o seu apogeu. Além disso, pode haver uma selecção de temas, tornada obrigatória pela autoridade escolar, em razão, por exemplo, de manter a unidade de ensino e a sua equivalência em várias escolas ou em departamentos da mesma Instituição.

A Faculdade de Teologia da U.C.P. aprovou os seguintes núcleos programáticos:

1. Do ser do senso comum ao ser metafísico. 2. Ser e conhecer; Ser e agir; Transcendentalidade do ser; Unidade, verdade e bondade do ser. 3. O uno e o múltiplo. 4. Relações e Ontologia. 5. A pessoa como ponto de convergência das categorias. 6. Causa eficiente, causa exemplar e causa final. 7. Ontologia e Ser absoluto.

Para além dos temas nucleares, a disciplina terá a extensão e a coerência que lhe permitam uma unidade e autonomia sistemática próprias. No entanto, o seu desenvolvimento dependerá muito dos créditos de tempo que lhe forem atribuídos.

Assim, tendo em conta todas as condicionantes externas, mas sobretudo a lógica interna da ontologia, tal como é recebida na tradição filosófica ocidental clássica e, até certo ponto, na sua contestação moderna, a proposta de programa ou de conteúdos é a seguinte:

### Introdução

#### *I. Os nomes e a história do tratado*

1. Filosofia primeira; 2. Metafísica; 3. Ontologia

#### *II. Situação actual e definição projectiva*

1. Viragem socio-cultural; 2. Um novo paradigma?; 3. Vectores de um projecto; 4. Definição projectiva; 5. Plano e método; 5.1. O plano; 5.2. O método; 5.3. Confronto com outros métodos; 5.4. Confronto com a lógica formal.

## Primeira Parte - O ente como ente ou o ente-sendo

### *I. O primeiro princípio: «o ente é». Ponto de partida da Ontologia.*

1. Ponto de partida; 2. O primeiro princípio ontológico; 2.1. Análise logico-linguística; 2.2. O conceito de ser; 2.3. O conceito de ente; 2.4. O primeiro princípio, em si mesmo e nas suas valências; 2.4.1. Primeira valência do primeiro princípio: o ente é, realmente; 2.4.2. Segunda valência do primeiro princípio: o ente é verdadeiramente; 2.4.3. Terceira valência do primeiro princípio: o ente é, absolutamente; 2.4.4. Três valências ou três princípios?

### *II. O segundo princípio ontológico: «o não-ente não é»*

1. O não-ente e o nada; 2. A experiência do nada: a nível perceptivo, existencial e ontológico; 3. O conceito ontológico de nada e sua relação ao ser; 4. A prioridade do positivo sobre o negativo; 5. O segundo princípio como expressão do significado radical e único do ser — a exclusão do não ser; 6. Sinal da finitude do ser da nossa experiência.

### *III. Terceiro princípio ontológico: «o ente não-sendo pode ser»*

1. O possível como síntese de ente e não-ente ou ente de razão e ente não sendo; 2. A experiência do possível: perceptiva, existencial, ontológica e o nada real; 3. O possível como sinal da dualidade mente-realidade, permanência-mutabilidade; 4. O possível é ente de razão, nada real e pode passar de mental a real; o potencial é ente real, nada actual e pode passar de potência a acto.

## Segunda Parte - As propriedades do essente

### *I. As propriedades lógicas*

1. O ente como universal reflexo ou todo lógico e seu uso na predicação; 2. A universalidade máxima ou transcendentalidade; 2.1. A transcendência do ser puro e a transcendentalidade do essente; 3. A analogia, em função da unidade e da multiplicidade do essente ou como unificação do disperso; 4. A dialecticidade como síntese dinâmica de contrários desiguais: ente, misto de quiddidade, de ser próprio e de não ser, em superação para o ser puro; 4.1. Dialéctica ascensional plenificante.

## II. As propriedades ônticas

### A. Em razão do ser:

1. *Quarto princípio ontológico: todo o ente é pelo ser, no ser e para o ser:* é existente, subsistente e parasistente; 2. Contingencialidade, substancialidade, agencialidade: o ser como de-vir, estar, agir; vir a ser; estar no ser, ir para o ser; 3. Dualidades: nada-existência, substância-acidente; causa-efeito.

### B. Em razão da quididade.

1. *Quinto princípio ontológico: todo o ente é ele mesmo e não outro;* 2. Unidade, multiplicabilidade e mutabilidade; 3. Dualidades: quididade-existência, matéria-forma, potência-acto.

## III. As propriedades ontológicas

1. *Sexto princípio ontológico: todo o ente é admirável, inteligível e apetecível.* 2. Todo o ente é inteligível — verdade. 3. Todo o ente é apetecível — bondade; 4. todo o ente é admirável — beleza. 5. Os transcendentais clássicos como imagem e alusão ao carácter pericorésico do Ser puro.

## Terceira Parte - A pessoa como síntese reveladora da ordem ontológica

1. A pessoa, único suposto, na natureza, capaz de reflexão completa; 2. Substancialmente, espírito encarnado, com os outros, no mundo. Operativamente, capaz da verdade, do bem e da beleza como tais, no horizonte do essente como essente; 3. Realização una e tríplice inacabada, em razão da abertura ao ser puro, absoluto, infinito ou Mistério pessoal transcendente.

## Quarta Parte - O ser puro como Mistério pessoal transcendente

1. Do ser infinitivo ao Ser infinito, pela dialecticidade do essente finito; 2. Ser: concreto exercício da perfeição das perfeições — a esseidade ou a exclusão do não ser; sem sujeito — é o ser de si mesmo; sem divisão — é pura identidade; sem substância — é pura estância; sem potência — é pura agência; sem limite — é infinito; sem mudança — é imóvel; sem tempo, é eterno; sem fundamento e sem fim — é absoluto; sem composição — é simples. Não existe, não subsiste, não

parasiste, simplesmente «é»; 3. A pessoa finita, como ente dialecticamente aberto ao ser infinitivo, analogia ou lugar da revelação do Ser puro, Mistério pessoal transcendente, chamada a realizar-se na busca assintótica desse Mistério inefável, inominável, inatingível, na expectativa de que Ele se comunique, em verdade, amor e beleza, ou na plenitude pericorésica do Ser uno e trino.

## 3. Metodologias

1. Definidos os objectivos e os conteúdos da disciplina, importa determinar os meios do seu ensino. O programa apresentado é meramente enunciativo e logico-formal: tem uma temática, o seu desenvolvimento potencialmente omnicomprensivo e a conclusão. Para a sua comunicação escolar, falta escolher as metodologias.

O método de ensino e o método de aprendizagem que, diferentes, se vão adequar, dependem, antes de mais, do método da ciência. A didáctica da ontologia depende do método da filosofia, em geral, e da ontologia, em particular.

É sabido que nenhuma outra área do conhecimento científico apresenta um problema metodológico tão denunciado como a filosofia. Não se reduz ao dilema dos métodos passivos ou activos, posto por alguns autores, com a indubitável preferência pelos activos. Tão pouco é uma questão de técnicas de trabalho. Ambos os temas se encontram envolvidos noutro mais complexo: a própria filosofia. Outras disciplinas têm uma temática bastante mais clara e determinada: o «quê» e o «para quê» conduzem facilmente ao «como». Aqui, pelo contrário, a problemática do objecto transporta-se para o método. O «que» ensinar funde-se com o «como». O próprio método é já um sistema filosófico, porque supõe uma certa postura frente à problemática. Também e principalmente em filosofia, é impossível começar sem nenhum pressuposto. Trata-se de uma constante da história da filosofia.

Basta enumerar alguns dos métodos que, ao longo da história da filosofia, foram utilizados por distintos pensadores e correntes filosóficas e que devem muita da sua persistência ou peculiaridade ao facto de serem simultaneamente métodos de pensamento, de investigação e de exposição: método dialógico; escolástico; confissão, solilóquio, diário; dialéctico; crítico; transcendental; fenomenológico; existencial; arqueológico; leitura sintomática; estruturalista; analítico.

O método que assinalámos para a ontologia foi dito reflexivo, metafísico e dialéctico. Os dois primeiros qualificativos são decorrentes da definição da disciplina e do seu grau de abstracção. São praticamente consensuais, para quem defende a autonomia e a validade desta disciplina. O terceiro é mais opcional e consequente a uma certa concepção do ser e do conhecimento humano. Vai, por isso, condicionar a investigação e exposição do pensamento ontológico e diferenciar a ontologia que foi designada como dialéctica, ascensional e plenificante.

2. As tendências didácticas ou as posições extremadas quanto ao ensino da filosofia podem reduzir-se a três:

a) ideologista, em que o professor dá preferência à coerência e ao conteúdo. Para que os alunos não caiam numa atitude céptica, vazia ou relativista, é necessário apresentar um pensamento sistemático que os apetreche com um instrumento de interpretação da realidade e da actividade humana.

A metodologia da aprendizagem que necessariamente prevalece nesta posição é a passiva. Mesmo no caso de aparentes métodos activos, o professor é sempre, mais ou menos encobertamente, dirigente, e o aluno, receptor e repetidor, pois apercebe-se, intuitivamente que isso é que satisfaz o professor e é avaliado positivamente por ele.

b) psicologista, em que predomina a concepção da filosofia como atitude crítica. A disciplina converte-se num exercício de análise e crítica de qualquer temática que caia nas mãos, tudo podendo aí entrar, nesse montão de coisas desordenadas que é a filosofia.

O importante é exercitar os alunos na actividade de um pensar reflexivo e crítico, mesmo correndo o perigo de ficar em pura superficialidade, por falta de conhecimentos prévios. Esta posição transporta para as aulas uma atitude social dos nossos dias, em que se confunde o direito à crítica com a capacidade para exercê-lo. E, por vezes, encobre uma postura ideológica.

Os métodos usados pelos professores são preferentemente activos. O aluno é quem propõe os temas a tratar; deve partir da realidade vivida, participar em trabalhos de grupo, debater textos e leituras, obras de teatro, películas, acontecimentos sociais e políticos. O professor limita-se a ser o animador e orientador desta actividade.

Também nesta orientação os alunos intuitivamente descobrem que o mais valorizado pelo professor é a participação e a própria actividade.

c) positivista, em que nos encontramos perante uma postura de princípio antimetafísica, e não como uma conclusão a que se tenha chegado na aula. Elimina-se toda a perspectiva transcendente, radical e global. A filosofia é reduzida à matéria de outras ciências, mais ou menos próximas, como a psicologia, a sociologia, a lógica, o direito, a história, etc., ou ao seu conjunto, tratado com maior ou menor rigor científico.

A metodologia é também emprestada, pois não se pode falar de método próprio. Talvez se possa dizer, que há, ao menos um ideal metodológico, decorrente da própria concepção de filosofia: a necessidade de objectividade e comprovação empírica rigorosa dos conhecimentos transmitidos. (Cf. Víctor Santiuste; Francisco Gómez Velasco, *Didáctica de la Filosofía*. Madrid, 1984, p. 84).

Certamente, nestas posições extremas está latente um confuisionismo entre método filosófico e método pedagógico. Mas é sempre possível libertar-se de preconceitos ou pressupostos ideológicos e separar os métodos didácticos da concepção e método filosóficos. Então o ensino traduzir-se-á em termos de aprendizagem. Para tal, bastará que existam, sejam tidos em conta e sejam aceites alguns objectivos básicos.

Nas posições extremas, há elementos e objectivos que não se excluem. Assim, a maioria dos professores estão de acordo em que a filosofia tem como um dos objectivos pedagógicos fundamentais ensinar a pensar, criando o hábito de reflexão e a capacidade analítica, com rigor, e a crítica ponderada. Em segundo lugar, a actividade de pensar não pode exercer-se no vazio, necessitando de um pensamento sistemático, ou dum conteúdo coerente, com uma unidade de sentido. Aliás, careceria de eficácia o primeiro objectivo.

No nosso caso, em que a disciplina tem um enquadramento normativo de serviço à teologia, a coerência vem-lhe da sua estruturação interna, mas alguma delimitação ideológica lhe vem da relação à teologia e da aceitação desta, como critério extrínseco de verdade.

Daí que a metodologia a adoptar terá em conta o objectivo ideológico — a fundamentação e comunicação de um conteúdo doutrinal revelado; o objectivo pedagógico — a aquisição de um pensamento reflexivo, analítico e crítico; o objectivo didáctico — a conformidade do processo de ensino com os processos mentais dos alunos, em ordem a uma maior eficiência.

Esta última exigência concretizar-se-á, em qualquer acção didáctica, nos três momentos seguintes, Informação: o aluno recebe uma série de elementos, quer através da experiência pessoal, quer de um texto, de um problema, etc., para que capte estes elementos informativos — é o momento fenomenológico-existencial; análise e crítica consequentes: os elementos informativos são elevados e transplantados para os conceitos e problematização filosófica — é o momento reflexivo e de questionamento; conclusões: o tema proposto dilucida-se através dos seus antecedentes e consequentes e aplica-se a situações actuais.

Os instrumentos didácticos utilizados pelo professor são vários: a lição, a dissertação escrita ou oral, o comentário de textos, o trabalho de grupo. São usados diversamente nas aulas teóricas e práticas.

No nosso condicionalismo curricular e escolar, têm relevo as lições teóricas destinadas à exposição de um programa, lições que não têm de ser do tipo magistral, mas devem utilizar o diálogo com os alunos.

As aulas práticas servirão para testar a aprendizagem e utilizar outros instrumentos didácticos, de modo a que os alunos sejam mais activos e assimilem mais profundamente as matérias.

Devem ser propostos esquemas de aulas práticas, utilizando instrumentos didácticos diversos, para permitir a escolha do professor e dos alunos: leitura e comentário de textos, com questionário; dissertação oral ou escrita; resposta a objecções, também oral ou escrita.

Finalmente, deve ser proposta uma bibliografia seleccionada, não apenas geral, mas relativa às questões particulares, e os alunos devem ser estimulados ao contacto com revistas especializadas, para actualização e conhecimento do movimento filosófico.

### Aulas práticas

1. *Comentário de textos*: análise estrutural, análise de conteúdo, interpretações e crítica.

Análise e confronto os conceitos de ente e essência segundo S. Tomás, com base no próemio e no primeiro capítulo do opúsculo «*De ente et essentia*» (tradução portuguesa de António Soares Pinheiro), in «Opúsculos selectos da Filosofia medieval». Braga, Faculdade de Filosofia, 1984, p.131-134.

### 2. Tema de desenvolvimento.

Análise e comente, com referência à actualidade da metafísica, o «excursus» com o título *O essencialismo metafísico*, in Miguel Bap-

tista Pereira, «Ser e Pessoa. Pedro da Fonseca: I O Método da Filosofia», Coimbra, Universidade de Coimbra, 1967, p.75-79.

### 3. Debate:

Responda às objecções apresentadas contra a concepção do essencial, tal como se apresenta no juízo, em: J.B.Lotz, *Ontologia*, Barcellona, Herder, 1963, p. 61-62.

ÂNGELO ALVES

### Bibliografia seleccionada

- AA.VV. *Metafísica, oggi. Nuovi interventi in un dibattito sempre attuale*. Brescia, Editrice Morcelliana S.p.A. 1983, p. 222.
- ALLESSI, Adriano, *Metafísica*. Roma, Libreria Ateneo Salesiano, 1988, p. 338.
- ALVIRA, Tomás - CLAVELL, Luis - MELENDO, Tomás, *Metafísica*. Pamplona, Ediciones Universidad de Navarra, 1982, p. 231.
- BALTHASAR, Hans Urs von, *Gloria: una estética teológica* (Trad. Espanhola de Vicente Martín/Felipe Hernandez), Vol. V, *Metafísica: Edad Moderna*, Madrid, Ediciones Encuentro, 1988, p. 616.
- BRITO, António José de, *Razão e Dialéctica*. Lisboa, Imprensa Nacional — Casa da Moeda, 1994, p. 395.
- CAFFARENA, José Gómez, S.J., *Metafísica fundamental*. Madrid, Ediciones de la Revista de Occidente, 1969, p. 493.
- IDEM, *Metafísica transcendental*. Madrid, Ediciones de la Revista de Occidente, 1970, p. 338.
- CAROSI, Paulo, *Curso de Filosofia, Vol. II, Ontologia: Ente em geral e ente finito. Ontologia: Deus* (Tradução portuguesa de José Carlos Barbosa Moreira), São Paulo, Edições Paulinas, 1963, p. 432.
- CODA, Piero, *Dios uno y trino* (Trad. espanhola de Alfonso Ortiz Garcia). Salamanca, Secretariado Trinitario, 1993, p. 317.
- CORDON, Juan Manuel Navarro - MARTINEZ, Tomás Calvo, *Textos filosóficos. Antología*, Madrid, Ediciones Anaya, 1982, p. 824.
- CORETH, Emerich, S.J., *Metafísica. Una Fundamentación metodico-sistemática* (Trd. espanhola de Ramón de Areitio, S.J.), Barcelona, Ediciones Ariel, 1964, p. 472.

- CRESCINI, *L'enigma dell'essere. Introduzione a una Metafisica integrale*, Genova, Tilgher, 1990, p. 282.
- DEZZA, Paulus, S.J., *Metaphysica generalis*, editio tertia, Romae, Pont. Universitatis Gregorianae, 1952, p. 359.
- ENES, José, *A Porta do Ser*, Lisboa, Difusão Dilsar, 1969, p. 527.
- IDEM, *Linguagem e Ser*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1983, p. 216.
- FINANCE, Joseph de, *Connaissance de l'être. Traité d'Ontologie*, Paris-Bruges, Desclée de Brower, 1966, p. 513.
- FRAGATA, Júlio, S. J., *O Problema do uno e do múltiplo*, em *PROBLEMAS da Filosofia contemporânea*, Braga, Publicações da Faculdade de Filosofia da UCP, 1989, p. 161-180.
- GABORIAU, Florent, *Nouvelle Initiation Philosophique. I. L'entrée en Métaphysique*, Tournai, Casterman, 1962, p. 466.
- KASPER, Walter, *El Dios de Jesus Cristo* (Trad., espanhola de Manuel Olasagasti), 3ª edición, Salamanca, Ediciones Sígueme, 1990, p. 383.
- LONERGAN, Bernard J.F., S.J., *Insight. A Study of Human Understanding*. London, Longmans, Green and Co. 1958, p. 785.
- LOTZ, Joannes B.S.J., *Ontologia*, Barcinone, Herder, 1963, p. 374.
- IDEM, *La Experiencia transcendental* (Trad. Espanhola de José Lunis Zubizarreta), Madrid, B.A.C., 1982, p. 287.
- LAFONT, Ghislain, *Dieu. Le temps et L'être*, Paris, Les Editions du Cerf, 1986, p. 373.
- MARC, André S.J., *Dialectique de L'affirmation. Essai de Métaphysique réflexive*, Bruxelles - Paris, L'Édition Universelle, Desclée de Brower, 1952, p. 731.
- MARTINS, António Manuel, *Lógica e Ontologia em Pedro da Fonseca*, Coimbra, 1990, p. 390.
- PEÑA, Lorenzo, *Fundamentos de ontología dialéctica*, Madrid, Siglo XXI de España Editores, 1987, p. 427.
- PEREIRA, Miguel Baptista, *Ser e Pessoa. Pedro da Fonseca: I O Método da Filosofia*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1967, p. 414.

- IDEM, *Modernidade e Tempo. Para uma leitura do Discurso moderno*, Coimbra, Livraria Minerva, 1990, p. 239.
- REIS, J. A. Encarnação, *Sobre o Conceito de Ser. Revista Filosófica de Coimbra*. I (1992) 17-125.
- SERRÃO, Joel - GRACIO, Rui, *Filosofia. Breve Antologia filosófica. II vol. Filosofia*, 8ª edição, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1974, p. 332.
- SANTIUSTE, Víctor; VELASCO, Francisco Gómez de, *Didáctica de la Filosofía. Teoría, Métodos, Programas, Evaluación*. Madrid, Narcea S.A. de Ediciones, 1984, p. 190.
- SOUSA, Maria Carmelita P. Homem de Sousa, *Quando Heráclito parecia ohar o Ser*, I, II, III, IV. [Respectivamente em:] *Rev. Port. Filos.*, Braga XLII, 3/4, 1986; *Rev. Fac. de Letras*, s. Filosofia, 4, 2ª série, Porto, 1987; *Rev. Port. Filos.*, XLIV, 2, Braga, 1988; *Rev. Fac. de Letras*, s. Filosofia, 5 e 6, 2ª série, Porto, 1988-1989.
- WEISSMAHR, Béla, *Curso Fundamental de Filosofía. Ontología* (Versión castellana de Claudio Gancho), Barcelona, Editorial Herder, 1986, p. 214.
- WELTE, Bernhard, *Filosofía de la Religión* (Versión castellana de Raúl Gabas), Barcelona, Editorial Herder, 1982, p. 182.
- ZUBIRI, Xavier, *Sobre la Essencia*, Madrid, Sociedad de Estudios y Publicaciones, 1963, p. 521.